

CAPACIDADES ESTATAIS NA PROVISÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS E DO PARANÁ

Luciana Assis Costa¹

Marcus Peixoto de Oliveira²

Fernando Augusto Starepravo³

Layane Castiglioni Tasca⁴

Daniete Fernandes Rocha⁵

¹Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG, Brasil

²Universidade Federal Fluminense, (UFF), Niterói – RJ, Brasil

³Universidade Estadual de Maringá, (UEM), Maringá – PR, Brasil

⁴Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR), Paranavaí – PR, Brasil

⁵Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Campos dos Goytacazes – RJ, Brasil

O desenvolvimento das capacidades estatais municipais é um desafio para a implementação das políticas públicas, sobretudo para uma descentralização administrativa equitativa das políticas sociais. O objetivo deste artigo é analisar as capacidades estatais municipais relacionadas ao setor esportivo, nos estados de Minas Gerais e Paraná. Trata-se de um estudo quantitativo transversal que utilizou o banco de dados da MUNIC-Esporte referente ao ano de 2016, o último levantamento pormenorizado do setor esportivo pelo IBGE. Foram identificados 16 indicadores para o conceito de capacidades estatais no MUNIC Esporte, e um indicador vinculado ao Tesouro Nacional - despesa liquidada na Função Orçamentária Desporto e Lazer do orçamento público, totalizando 16 indicadores. Os dados foram tratados a partir da estatística descritiva, destacando as medidas de tendência central, média, mediana e desvio-padrão das variáveis selecionadas de 1198 municípios mineiros e paranaenses. Apesar do cenário heterogêneo das capacidades estatais, a maioria dos municípios dispõe de estrutura mínima para executar ações de esporte e lazer. As variáveis despesas liquidadas e o quadro de servidores demonstram ser os principais gargalos em relação à capacidade estatal dos municípios.

Palavras-chave: política pública; esporte; município; capacidades estatais.



CAPACIDADES ESTATALES EN LA OFERTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DEPORTIVAS EN LOS MUNICIPIOS DE MINAS GERAIS Y PARANÁ

El desarrollo de las capacidades estatales municipales es un desafío para la implementación de políticas públicas, especialmente para la descentralización administrativa equitativa de las políticas sociales. El objetivo de este artículo es analizar las capacidades estatales municipales relacionadas con el sector deportivo en los estados de Minas Gerais y Paraná. Se trata de un estudio cuantitativo transversal que utilizó la base de datos MUNIC-Esporte de 2016, la última encuesta detallada del sector deportivo realizada por el IBGE. Se identificaron un total de 16 indicadores para el concepto de capacidades estatales en MUNIC Esporte, y un indicador vinculado al Tesoro Nacional - gasto liquidado en la Función Presupuestaria Deporte y Ocio del presupuesto público, totalizando 16 indicadores. Los datos se procesaron mediante estadística descriptiva, destacando las medidas de tendencia central, media, mediana y desvío estándar de las variables seleccionadas de 1198 municipios de Minas Gerais y Paraná. A pesar del escenario heterogéneo de las capacidades estatales, la mayoría de los municipios posee la estructura mínima para realizar actividades deportivas y de ocio. Las variables gastos liquidados y número de funcionarios se revelan como los principales cuellos de botella en relación a la capacidad estatal de los municipio.

Palabras chave: política pública; deporte; municipio; capacidades estatales.

STATE CAPACITIES IN THE PROVISION OF PUBLIC SPORTS POLICIES IN THE MUNICIPALITIES OF MINAS GERAIS AND PARANÁ

The development of municipal state capacities is a challenge for the implementation of public policies, especially for the equitable administrative decentralization of social policies. The aim of this article is to analyze municipal state capacities related to the sports sector in the states of Minas Gerais and Paraná. This is a cross-sectional quantitative study that used the MUNIC-Esporte database for 2016, the latest detailed survey of the sports sector by the IBGE. Sixteen indicators were identified for the concept of state capacities in MUNIC Esporte, and one indicator linked to the National Treasury - settled expenditure in the Sports and Leisure Budget Function of the public budget, totaling 16 indicators. The data was processed using descriptive statistics, highlighting the measures of central tendency, mean, median and standard deviation of the variables selected from 1198 municipalities in Minas Gerais and Paraná. Despite the heterogeneous scenario of state capacities, most municipalities have the minimum structure to carry out sport and leisure activities. The variables liquidated expenses and the number of civil servants prove to be the main bottlenecks in relation to the state capacity of the municipalities.

Keywords: public policy; sport; municipality; state capacities.

1. INTRODUÇÃO

O federalismo adotado no Brasil prevê competências comuns a todos os níveis de governo, com relação à provisão de políticas sociais, acentuando o problema da definição de responsabilidades entre entes federados marcadamente assimétricos (Pallotti; Costa, 2011). A descentralização política e fiscal, ressaltadas pela Constituição Federal de 1988, alçou os municípios à categoria de entes federados e, paralelamente, ampliou atribuições e transferências de receitas tributárias aos níveis subnacionais (Brasil, 1988). A descentralização passou a conviver com déficits na estrutura administrativa municipal, pelas limitações institucionais e financeiras locais no que diz respeito aos encargos assumidos (Abrucio, 2005). Frente às carências no âmbito local, é necessário desenvolver “instrumentos que coloquem os municípios em condições minimamente equânimes para execução das políticas que lhes são repassadas” (Abrucio; Couto, 1996, p. 46).

Os estudos das capacidades estatais, historicamente, priorizam o nível central, no entanto, a heterogeneidade local instiga o aprofundamento da investigação sobre os municípios (Luna; Soifer, 2017). Em uma federação como a brasileira, onde os municípios são os principais responsáveis pela implementação das políticas sociais, a investigação da capacidade subnacional torna-se fundamental (Segatto et al., 2021; Bichir et al., 2020; Souza, 2016). No caso específico da política de esporte, a fragilidade de mecanismos legais e financeiros, bem como na definição das atribuições dos entes federados para sua efetivação, resulta em um efeito direto na baixa materialidade das políticas locais desse setor. A legislação brasileira não define, com clareza, os objetivos e os mecanismos institucionais da política esportiva, bem como o papel municipal. Existe um número de municípios que investem no esporte, independentemente do porte populacional, da existência de constrangimentos no âmbito da federação e da obrigatoriedade de investimentos (Santos; Mendes, 2020; Castro et al., 2023).

Neste sentido, o presente artigo estabeleceu a seguinte pergunta de pesquisa: frente às heterogeneidades locais, tanto socioeconômicas quanto políticas, como se configuram as capacidades estatais para implementação das políticas públicas de esporte? Definiu-se como objeto analítico os municípios do estado de Minas Gerais, com 853 municípios, e do Paraná, com 399 municípios. O objetivo geral é analisar as capacidades estatais dessas administrações municipais relacionadas ao setor esportivo de Minas Gerais e do Paraná.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento das capacidades estatais municipais é um desafio para a implementação das políticas públicas. Ainda mais quando se considera que o desenvolvimento dessas capacidades é condição imperativa para uma descentralização administrativa das políticas que seja menos desigual (Veloso et al., 2011). As novas atribuições transferidas aos municípios aumentaram

as exigências no sentido de um aprimoramento de sua capacidade de gestão. Abrúcio e Couto (1996) concordam que existem carências no âmbito local e enfatizam “a necessidade de serem criados instrumentos que coloquem os municípios em condições minimamente equânimes para execução das políticas que lhes são repassadas” (Abrúcio; Couto, 1996, p. 46).

Existe uma literatura voltada à relação entre descentralização de políticas e capacidades administrativas municipais, como Arretche (1999), Kugelmas (1999), mas existem poucos trabalhos na literatura brasileira que investiguem as capacidades estatais municipais como fator condicionante de resultados da descentralização.

No entanto, a ação política deliberada, ou seja, estratégias de indução eficientemente desenhadas para delegar a outro nível de governo a responsabilidade pela gestão dessas políticas, pode compensar obstáculos à descentralização derivados daqueles fatores de natureza estrutural ou institucional (Ungheri, 2019). Na área do esporte e lazer há uma lacuna de informações sobre as capacidades estatais dos municípios para a provisão de políticas de esporte e lazer.

Para a discussão conceitual de capacidades estatais, neste estudo será utilizada a operacionalização proposta por Goertz (2006), decomposta em três níveis: ontológico – responsável pela constituição do fenômeno em si; constitutivo – identifica as dimensões que oferecem os mecanismos causais explicativos; e indicativo – analisa o fenômeno através das variáveis e dos indicadores empíricos mobilizados. O processo possibilita acompanhar uma estrutura lógica de como o conceito é utilizado.

2.1 Nível ontológico: origem do conceito das capacidades estatais

Na segunda metade do século 20, o conceito de capacidades estatais se desenvolve nos estudos de sociologia política e economia política, orientados tanto pelo modelo neoweberiano, quanto pelos neoinstitucionalistas, acerca do papel do Estado no desenvolvimento econômico e social. Autores destacaram-se por aprofundarem a temática, formando assim um arcabouço teórico fundamental, como Tilly (1975), Mann (1984), Evans, Rueschemeyer e Skocpol (1985), Evans (1993), e Cingolani (2013) argumentam que não há uma definição estática e acabada a respeito do tema, pelo contrário, é uma construção perene e que se molda de acordo com os objetos e objetivos. Entretanto, isto não significa que não haja diretrizes que direcionem o conceito.

Um dos precursores, Tilly (1975), afirma que as capacidades estatais se referem ao poder do Estado para estimar os recursos necessários à população local. Skocpol (2002) define as capacidades estatais como a habilidade para implementar objetivos oficiais variados, a partir dos meios disponíveis. Neste sentido, Cingolani (2013) aponta que as capacidades estatais são a habilidade do Estado para implementar políticas públicas e seus objetivos. Para Gomes, Ferreira e Amâncio (2017), a capacidade de ação do Estado opera como variável dependente da estrutura administrativa, da mobilização dos recursos e da inovação e inventividade dos processos de gestão. Evans (1993; 1995) avança o conceito de *embedded autonomy*, autonomia inserida

do Estado, e considera que as capacidades estatais não provêm apenas das características do aparelho público, mas também da relação deste com as estruturas sociais circundantes.

2.2 Nível constitutivo: dimensões das capacidades estatais

Esse nível busca delimitar as dimensões de análise, fornecendo o elo teórico entre o nível ontológico e a materialização dos indicadores (Goertz, 2006). Elaboraões sobre decomposição e operacionalização de conceitos auxiliam no aperfeiçoamento das pesquisas sobre capacidades estatais, ao explicitarem os elementos que influenciam determinados eventos (Gomide et al., 2017). Evans, Rueschemeyer e Skocpol (1985) argumentam que a investigação sobre as capacidades estatais consiste em identificar as estruturas organizacionais cuja ausência, ou presença, tornam-se condições críticas para a efetivação das políticas públicas.

Cingolani (2013) esquematiza o conceito das capacidades estatais a partir de uma perspectiva estadocêntrica, na qual a centralidade do Estado visa exercer as funções técnicas de forma autônoma e profissionalizada, e uma perspectiva relacional, com a criação de elos entre o Estado e a sociedade, configurada como um agente ativo na conformação das decisões estatais. Esta concepção leva em consideração a autonomia inserida, que é a capacidade de inserção, por meio de uma rede concreta de laços externos, que amplia a inteligência do Estado e aumenta a expectativa de que as políticas serão implementadas (Evans, 1993).

Cingolani (2013) destaca que as capacidades estatais incorporaram sete dimensões relativas ao poder estatal, sendo elas: coercitiva; fiscal; administrativa; transformadora; territorial; jurídica; e política. Gomide, Pereira e Machado (2017) ressaltam que, devido ao caráter polissêmico do conceito de capacidades estatais, suas dimensões devem ser ajustadas ao caso particular de interesse da pesquisa.

Em busca da delimitação do conceito, Grindle (1996) compreende capacidades estatais como o estoque de recursos e habilidades necessários para atingir objetivos em uma determinada política pública, e destaca quatro dimensões de análise: administrativa, com o foco na eficiência organizacional para o desempenho de funções governamentais; institucional, ao definir as normas que influem na regulação econômica e no comportamento político dos atores sociais; técnica, em relação às habilidades para formular e administrar políticas; política, que considera a existência de canais legítimos e eficazes para lidar com conflitos e demandas sociais.

O nexos entre atributos organizacionais burocráticos e político-relacionais com atores políticos, coordenação governamental e a sociedade compõe o conceito das capacidades estatais, principalmente com a emergência da atuação do Estado de bem-estar social, na produção e na distribuição de bens e serviços coletivos (Pires; Gomide, 2014; 2016). Desta forma, duas dimensões, técnico-administrativa e político-relacional, condicionam as possibilidades do exercício do “poder infraestrutural” para o Estado implementar suas ações junto à sociedade. Por isso, é importante identificar os aspectos essenciais da eficácia burocrática, responsáveis

por gerar coesão administrativa, bem como as formas como o Estado atua junto à sociedade (Grin; Demarco; Abrucio, 2021). Para uma análise empírica e operacionalização das dimensões, é preciso avançar ao terceiro e último nível.

2.3 Nível indicativo: definição de indicadores

De acordo com Goertz (2006), essa é a etapa da materialização em que os dados podem ser mensurados. Assim, as variáveis são mobilizadas para a análise do fenômeno em questão, através da empiria (Gomide; Pereira; Machado, 2017).

A relação entre dados concretos identificados e a estrutura teórica precisa estar próxima da realidade do objeto identificado, neste caso, o ente municipal. Capacidades estatais em governos locais são recursos que visam gerar melhores níveis de bem-estar para os seus habitantes, especialmente em um cenário de descentralização federativa, como o Brasil (Grin; Demarco; Abrucio, 2021). Aos municípios, em função do aumento de atribuições e responsabilidades e de maior autonomia política, administrativa e financeira, incumbiu-se a implementação e a provisão de políticas públicas relacionadas ao bem-estar da população. Logo, é fundamental o desenvolvimento das suas capacidades (Grin; Abrucio, 2018).

Para operacionalização do conceito de capacidades estatais locais, Grin, Demarco e Abrucio (2021) destacam as variáveis que compõem as dimensões técnico-administrativa e político-relacional (Pires; Gomide, 2014, 2016). A primeira é composta pelos indicadores: recursos humanos, financeiros e tecnológicos; estratégias de monitoramento e avaliação; e instrumentos de coordenação. A segunda inclui mecanismos de interação das burocracias do Executivo com atores do sistema político-representativo, canais institucionalizados de participação da sociedade nos processos decisórios e articulação com os órgãos de controle interno e externo (Gomide; Pereira; Machado, 2018).

No plano local, há uma relação direta entre o nível de competências técnicas e políticas com as possibilidades de definição de uma agenda de governo mais autônoma (Grin; Demarco; Abrucio, 2021). Para Segatto et al (2021), estudos têm indicado avanços em relação às capacidades estatais dos municípios, em ambas as dimensões, no cenário federativo brasileiro, com realidades díspares, que escancaram fragilidades e heterogeneidades locais. Essa diversidade pode estar relacionada às induções federais, ao legado das respectivas políticas setoriais, à centralidade destas na agenda pública, ao perfil dos gestores municipais e ao perfil socioeconômico dos municípios (Bichir; Junior; Pereira, 2020). É importante observar, também, que o desenvolvimento de capacidades não é neutro em relação ao poder: “capacidades para o quê” e “capacidades para quem” revelam diferenças no grau de poder, influências políticas e interesses em jogo (Repetto, 2004).

3. METODOLOGIA

O estudo é quantitativo, transversal e observacional (Bonita et al, 2003; Minayo; Deslandes, 2007; Freire; Pattussi, 2018), desenvolvido a partir de variáveis selecionadas de uma base de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do ano de 2016, último em que houve um levantamento pormenorizado do setor esportivo – MUNIC Esporte. Foi realizada, também, uma busca no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), vinculado ao Tesouro Nacional. O objeto deste estudo refere-se às capacidades estatais dos municípios mineiros e paranaenses. A escolha desses municípios deveu-se a características dos estados de Minas Gerais e do Paraná. A articulação do projeto com duas universidades localizadas em diferentes estados favoreceu o mapeamento de um panorama amplo da situação dos municípios em duas regiões ainda pouco exploradas nos estudos da área.

O Estado de Minas Gerais, um dos lócus da pesquisa, se destaca pelo seu grande número de municípios e pela heterogeneidade regional, o que suscita diversas questões envolvendo a existência de diferenças significativas nas estruturas socioeconômicas existentes em seu território (Costa, et al., 2012).

Minas Gerais tem população estimada de 19.597.330 habitantes (IBGE, 2010), distribuída em 853 municípios. Desses, 491, (57,6%) possuem menos de 10.000 habitantes. No outro extremo, 26 municípios (3,0%) possuem mais de 100.000 habitantes, e abrigam 8.400.028 habitantes, representando 42,3% da população. Em Minas Gerais, com a vasta gama de municípios existentes, podem ser observadas diferenças regionais significativas. O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, em sua maioria, concentra-se em apenas quatro regiões, a saber: a) Região Metropolitana de Belo Horizonte (45%); b) Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (15%); c) Sul/Sudoeste de Minas (11,7%); d) Zona da Mata (7,2% (IBGE, 2010).

É possível afirmar que Minas Gerais é um dos estados que mais apresentam disparidades regionais, visto que coexistem regiões dinâmicas e modernas com regiões atrasadas e estagnadas (Galvarro; Braga; Fontes, 2008). Diante desta heterogeneidade local, e da fragilidade de uma coordenação nacional para minimizar as inequidades regionais, torna-se relevante analisar as capacidades estatais desses municípios para a implementação da política de esporte e lazer.

O Paraná constitui a quinta maior economia estadual do País, respondendo por cerca de 5% da população nacional, cerca de 11 milhões e 300 mil habitantes (IBGE, 2010). O IDH (2010) foi de 0,749, o que representa um desenvolvimento médio (Ipardes, 2021). É um estado marcado por grande diversidade regional. Do total de 399, temos municípios grandes e altamente desenvolvidos por um lado, e municípios pequenos e pobres, por outro. Segundo Giovanetti e Raiher (2015), apesar do destaque do estado do Paraná a nível nacional, com elevada participação no PIB nacional e produtividade na agricultura, a incidência de pobreza merece atenção, atingindo em 2010 cerca de 14% da população em condição de pobreza e 5% na condição de extrema pobreza.

Para a coleta de dados que dimensionem a operacionalização do conceito de capacidades estatais, foram selecionadas 16 variáveis, 15 do MUNIC Esporte e uma do SICONFI – despesa liquidada na Função Orçamentária Desporto e Lazer (FO27) do orçamento público.

O Quadro I apresenta a relação das variáveis selecionadas e vinculadas às dimensões: técnico-administrativa e político-relacional, conforme proposto por Pires e Gomide (2016). Ressalte-se que, no MUNIC e no SICONFI, foram priorizadas as variáveis que possuem relação com a abordagem conceitual proposta.

Quadro I – Variáveis para mensuração das capacidades estatais municipais – políticas públicas de esporte

Dimensão técnico-administrativa	Dimensão político-relacional
Órgão gestor	Conselho Municipal
Escolaridade do gestor	Conselho Municipal – nº de Membros
Recursos Humanos – nº de Funcionários	Conselho Municipal – nº de Reuniões
Esporte na Lei Orgânica Municipal	Legislação relacionada a convênios e parcerias
Sistema Municipal de Esporte	Convênios firmados
Instrumento regulamentador das políticas públicas	Parcerias firmadas
Ações, projetos e programas implementados	
Instalação esportiva	
Instalações esportivas – nº	
Despesa liquidada	

Fonte: (IBGE, 2016; Tesouro Nacional, 2023). Elaborado pelos autores.

Foram analisados 810 municípios de Minas Gerais dos 853, e 388 dos 399 municípios do Paraná. Devido à ausência de informações de alguns municípios na base de dados da MUNIC, 43 municípios mineiros e 11 paranaenses deixaram de ser analisados.

Ao longo da pesquisa, foi observado o porte populacional dos municípios, no ano de 2016, configurando-se, assim, mais uma variável considerada na análise, a décima sétima variável.

Os resultados que se referem às 16 variáveis citadas no Quadro 1 são analisados de acordo com a estatística descritiva. Na análise descritiva, os dados são apresentados de duas maneiras principais, dependendo do tipo de informação que está sendo analisada. Primeiro, têm-se as variáveis categóricas, que agrupam as informações em categorias ou grupos. Para essas variáveis, mostramos a frequência absoluta, que é o número de vezes que cada categoria aparece, e a frequência relativa, que é a porcentagem de pessoas em cada categoria. Já as variáveis contínuas são aquelas que podem ser medidas em uma escala numérica. Para essas variáveis, foram consideradas a média, o desvio padrão, que mostra o quanto os valores variam em relação à média, mínimo, máximo e à mediana. A mediana, como a média, é uma medida de tendência central, que mostra que metade dos valores de um conjunto de dados está abaixo dela e a outra

metade está acima dela (Triola, 2005). A análise dos resultados é feita por recorrência à literatura que confere suporte teórico a este estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta as variáveis que compõem as duas dimensões consideradas no estudo (dimensões técnico-administrativas e político- relacionais dos municípios de Minas Gerais e do Paraná) e que se apresentam na forma de variáveis categóricas. Destacam-se semelhanças e diferenças entre os estados.

Tabela 1 – Descritiva das variáveis categóricas - município

Variáveis Categóricas	UF				TOTAL	
	MG		PR		n	%
	n	%	n	%		
Dimensão técnico-administrativa						
Órgão Gestor						
Não possui estrutura	21	2,5	2	0,5	23	1,8
Secretaria municipal em conjunto com outra	549	64,4	258	64,7	807	64,5
Secretaria municipal exclusiva	83	9,7	75	18,8	158	12,6
Setor subordinado a outra secretaria	147	17,2	43	10,8	190	15,2
Setor subordinado diretamente à chefia	51	6,0	16	4,0	67	5,4
Órgão da administração indireta	2	0,2	5	1,3	7	0,6
Escolaridade do Gestor						
Ensino fundamental completo	29	3,5	5	1,3	34	2,8
Ensino fundamental incompleto	25	3,0	8	2,0	33	2,7
Ensino médio completo	187	22,5	73	18,4	260	21,2
Ensino médio incompleto	38	4,6	13	3,3	51	4,1
Ensino superior completo	297	35,7	123	31,0	420	34,2
Ensino superior incompleto	57	6,9	32	8,1	89	7,2
Mestrado ou Doutorado	20	2,4	11	2,8	31	2,5
Especialização	153	18,4	132	33,2	285	23,2
Sem gestor	26	3,1	0	0,0	26	2,1
Recursos Humanos - nº de Funcionários						
Até 2	326	39,2	92	23,2	418	34
3 a 5	256	30,8	115	29,0	371	30,2
5 ou mais	249	30,0	190	47,9	439	35,7
Esporte na Lei Orgânica Municipal						
Não	203	23,8	108	27,1	311	24,8
Sim	650	76,2	291	72,9	941	75,2
Sistema Municipal de Esporte						
Não	734	86,0	371	93,0	1.105	88,3
Sim	119	14,0	28	7,0	147	11,7
Instrumento regulamentador das políticas públicas						

Variáveis Categóricas	UF				TOTAL	
	MG		PR		n	%
	n	%	n	%		
Não	804	94,9	382	95,7	1.186	95,2
Sim	43	5,1	17	4,3	60	4,8
Ações, projetos e programas implementados						
Não	332	38,9	156	39,1	488	39,0
Sim	521	61,1	243	60,9	764	61,0
Instalação esportiva						
Não	10	1,2	3	0,8	13	1,0
Sim	843	98,8	396	99,2	1.239	99,0
Instalações esportivas - nº						
0 a 4	290	34,0	165	41,4	455	36,3
5 a 6	298	34,9	143	35,8	441	35,2
7 ou mais	265	31,1	91	22,8	356	28,4
Despesa liquidada						
1º Tercil (R\$380,00-R\$105.628,70)	333	39,8	76	19,5	409	33,4
2º Tercil (R\$105.857,50-R\$294.447,60)	281	33,6	128	32,8	409	33,4
3º Tercil (R\$295.789,40-R\$29.629.256,00)	222	26,6	186	47,7	408	33,3
Dimensão político-relacional						
Conselho Municipal						
Não	286	33,5	360	90,2	646	51,6
Sim	567	66,5	39	9,8	606	48,4
Conselho Municipal - nº de Membros						
Nenhum	306	35,9	361	90,5	667	53,3
2 a 8	304	35,6	17	4,3	321	25,6
9 ou mais	243	28,5	21	5,3	264	21,1
Conselho Municipal - nº de Reuniões						
0 a 4	323	37,9	26	6,5	349	27,9
5 a 7	125	14,7	9	2,3	134	10,7
8 ou mais	117	13,7	4	1,0	121	9,7
Não se aplica	288	33,8	360	90,2	648	27,9
Legislação relacionada a convênios e parcerias						
Não	814	95,4	378	94,7	1.192	95,2
Sim	39	4,6	21	5,3	60	4,8
Convênios firmados						
Não	487	57,1	234	58,6	721	57,6
Sim	366	42,9	165	41,4	531	42,4
Parcerias firmadas						
Não	526	61,7	232	58,1	758	60,5
Sim	327	38,3	167	41,9	494	39,5
População						
1 - Até 5000	223	26,1	94	23,6	317	25,3
2 - 5001 até 10000	251	29,4	106	26,6	357	28,5

Variáveis Categóricas	UF				TOTAL	
	MG		PR		n	%
	n	%	n	%		
3 - 10001 até 20000	192	22,5	106	26,6	298	23,8
4 - 20001 até 50000	117	13,7	58	14,5	175	14,0
5 - 50001 até 100000	38	4,5	15	3,8	53	4,2
6 - 100001 até 500000	28	3,3	18	4,5	46	3,7
7 - Maior que 500000	4	0,5	2	0,5	6	0,5

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da Munic e Siconfi (2016)

O primeiro achado é o porte populacional, que aponta, de forma aproximada, que 78% e 76% dos municípios dos estados de Minas Gerais e Paraná, respectivamente, são de pequeno porte, com até 20 mil habitantes. Sabe-se que os municípios de pequeno porte apresentam restrições financeiras e fiscais, administrativas e de gestão que impactam diretamente na capacidade de implementação de políticas públicas, sobretudo quando não há clara definição de atribuições entre os entes federados e de suas relações intergovernamentais (Lotta; Vaz, 2015).

Na dimensão técnico-administrativa, grande parte dos municípios mineiros e paranaenses dispõe de estrutura organizacional para a área de esporte e lazer, um indicativo de institucionalização da política municipal de esporte nesses estados. A maioria dos municípios possui uma secretaria municipal compartilhada com outra secretaria, 64,4% no estado de Minas Gerais e 64,7% no estado do Paraná. Os resultados mostram que um percentual de 9,7% dos municípios mineiros e 18,8% dos municípios paranaenses dispõe de uma secretaria municipal exclusiva. Isso é compatível com o fato de que apenas um percentual pequeno de 2,5% dos municípios de Minas Gerais e 0,5% dos municípios do Paraná não possui qualquer estrutura de gestão de política de esporte. Esse resultado demonstra-se relevante, especialmente quando se considera a característica de pequeno porte da maioria dos municípios de ambos os estados.

A vantagem de dispor de uma estrutura administrativa exclusiva está associada à dotação orçamentária construída diretamente pela pauta da secretaria (Santos, 2019). Ao compartilhar a pasta com outros setores, situação condizente à maioria das secretarias dos municípios analisados, haverá disputas orçamentárias por recursos sempre escassos. No entanto, a ausência de secretaria não significa que essa agenda não possa ser contemplada (Santos, 2019). Estudo realizado por Khalifa (2021), ao comparar diferentes desenhos da pasta do esporte no estado de Minas Gerais, afirma que, quando a área dispôs de uma secretaria exclusiva facilitou o planejamento das ações específicas para o esporte e para o lazer, mas ao mesmo tempo, tornou-se um órgão com menor poder decisório, ao ter o orçamento e sua burocracia reduzidos, enfraquecendo-o politicamente frente às demais secretarias do estado de Minas Gerais.

Observa-se que uma parte considerável dos gestores possui escolaridade a partir do ensino superior completo, 56,5% no estado de Minas Gerais e 67% no estado do Paraná.

Paralelo a isso, a execução da política se dá com uma burocracia bem enxuta, visto que o quadro administrativo da área opera com até cinco funcionários em 70% dos municípios mineiros e em 52,2% dos municípios paranaenses. Segatto, Abrucio e Euclides (2021) apontam para a importância de um corpo técnico-administrativo, com habilidade para as ações administrativas que pode exercer com autonomia, capacidade e recursos disponíveis, o que é primordial para a análise das capacidades estatais. Independentemente da quantidade de indivíduos em um setor, segundo Marengo (2017), a influência de um corpo técnico qualificado tem forte relação com a capacidade, a implementação e o desempenho das políticas públicas.

No que diz respeito à regulamentação da política de esporte, destaca-se que mais de 70% das Leis Orgânicas Municipais dos municípios considerados contemplaram o setor de esporte (em 76,2% e 76,9% de municípios mineiros e paranaenses, respectivamente). Aparentemente, isto não se traduz em uma robustez normativa que regule as políticas públicas locais. Poucas são as cidades investigadas que possuem um sistema ou um instrumento jurídico que garanta a implementação de programas e ações no setor esportivo. A forma como as leis orgânicas abordam a pauta esportiva varia, desde a indicação de algum tipo de obrigação concreta até disposições mais vagas. No caso deste estudo, observa-se que um percentual de 86,0% dos municípios de Minas Gerais e 93,0% dos municípios do Paraná não possui um sistema municipal de esporte. De forma semelhante, um percentual de 94,9% dos municípios mineiros e 95,7% dos municípios paranaenses não dispõe de um instrumento regulamentador da política pública de esporte. Esse cenário expõe o problema que está para além da autonomia dos municípios, pois demonstra uma fragilidade da política esportiva nacional, seja de coordenação federativa, ou até mesmo de indução (Machado; Palocci, ANO). Santos (2021) destaca que a ausência de coordenação nacional da política facilita a opção feita por algumas prefeituras em não assumir a pauta esportiva como uma de suas responsabilidades. Por outro lado, a investigação feita por Castro, Camargo e Mezzadri (2023), de 2002 a 2018, mostra que a maioria dos municípios brasileiros realizou investimentos em políticas públicas de esporte. Nos 17 anos de análise, apenas 11 cidades não enquadraram recursos na FO27. Segundo os autores, apesar da alta adesão, destaca-se a variação do financiamento, representada principalmente pelo volume orçamentário.

No caso deste estudo, com relação ao financiamento da política de esporte, ao se comparar a despesa liquidada na função desporto e lazer entre Minas Gerais e Paraná, a Tabela 2 mostra que a faixa de gasto predominante no estado mineiro está localizada no primeiro tercil (R\$ 380,00 a R\$ 105.678,70), 39,8% dos municípios, enquanto no estado paranaense a predominância está no terceiro tercil (R\$ 295.789,40 a R\$ 29.629.256,00), 47,7% dos municípios. Castro, Camargo e Mezzadri (2023) mostraram que, em média, as prefeituras brasileiras aportaram 1,04% do seu orçamento na Função Desporto (F027) de 2002 a 2018, sendo que 37,11% dos municípios brasileiros apresentaram percentual maior ou igual a um por cento (percentagem esta reivindicada pelos membros participantes das Conferências Nacionais do Esporte de 2004, 2006 e 2010).

Quanto à implementação de ações na área, os resultados demonstram que um percentual de 61,1% de municípios de Minas Gerais e 60,9% de municípios paranaenses desenvolveu ações, projetos e programas de esporte. Um percentual elevado de 98,8% e de 99,2% dos municípios dispõe de instalação esportiva nos municípios dos dois estados (Minas Gerais e Paraná, respectivamente), mas apenas um percentual de 31,1% dos municípios mineiros e 22,8% dos municípios paranaenses dispõe de sete ou mais instalações esportivas.

Segundo Unghery e Isayama (2021), estudo sobre os equipamentos públicos de esporte e lazer nos municípios que implementaram o PELC demonstra que há uma prevalência de equipamentos como quadras poliesportivas, campos de futebol, ginásios e academias a céu aberto, devido ao baixo custo e à baixa complexidade de implantação.

No caso deste estudo, o dado disponível sobre o quantitativo de equipamentos não traduz a qualidade da oferta nem o acesso aos espaços públicos de esporte e lazer nos municípios analisados. A presença de ações, projetos e programas em mais de 60% dos municípios analisados demonstra certo dinamismo local do setor, mesmo diante de todas as fragilidades da política. Uma pesquisa mais aprofundada pode investigar as necessidades e capacidade de atendimento desses equipamentos e a adequação das ações desenvolvidas.

Com relação à dimensão político/relacional, a pesquisa teve como foco a existência de conselhos municipais de esporte e lazer e de convênios/parcerias para o desenvolvimento de ações. Sabe-se que os conselhos são um dos principais espaços institucionalizados para o exercício da participação e do controle social sobre a implementação das políticas públicas em todas as esferas governamentais (Brasil, 2009). No caso das políticas consolidadas como a saúde, a assistência social, a educação, estes mecanismos de participação são institucionalizados no desenho da política, como exigência para o repasse de verba do setor aos governos subnacionais. A política nacional de esporte e lazer incentiva a participação social na área, mas não dispõe de regulamentações que induzam a criação de conselhos municipais, o que fica a cargo de iniciativas próprias das esferas subnacionais. Conforme evidenciado na Tabela 1, a presença de conselhos municipais de esporte e lazer chama atenção pela diferença entre os estados, uma vez que 66,5% dos municípios de MG dispõe de conselhos, em contraste com apenas 9,8% dos municípios do PR. Essa discrepância pode ser explicada pela indução da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte de Minas Gerais (LIE), que prevê o estímulo à realização de projetos esportivos no estado por meio de incentivos fiscais (ocorre uma dedução, pelas empresas que apoiem projetos esportivos, de saldos devedores do ICMS). Esse mecanismo de fomento ao esporte tem como critério de repasse de verba para os municípios a implantação de conselhos municipais na área. Diniz e Silva (2016) argumentam que esse mecanismo, presente no estado de Minas Gerais desde 2010, auxilia na manutenção de programas esportivos nos municípios, o que possibilitou a alguns de pequeno porte promover a democratização do acesso ao esporte.

Estudo realizado sobre os mecanismos de participação social nos municípios paranaenses relata que não há iniciativas dos governos locais para a indução de participação popular nas políticas de esporte e lazer. Segundo Starepravo (2007), em alguns casos, os mecanismos de participação foram interpretados como ferramentas políticas que atuam contra o governo. Portanto, é preciso rever a relação entre os políticos e gestores públicos e a população no âmbito da política de esporte e lazer, pois com o amadurecimento da democracia, as formas de participação direta ganham uma grande importância no sentido de buscar legitimidade e soluções originais às demandas sociais (Starepravo, 2007). Os dados atuais sobre os conselhos municipais no Paraná demonstram que não houve alteração deste cenário no que tange à presença de mecanismos de controle social na área do esporte e lazer.

Observa-se que o número de membros nos conselhos dos municípios mineiros distribui-se entre as opções: nenhum (35,9%), de dois a oito (35,6%) e acima de nove membros (28,5%), ao passo que prevalece largamente a opção “nenhum” para os municípios paranaenses (90,5% dos municípios). Nessa perspectiva, com relação à variável número de reuniões do conselho, aponta-se a opção “não se aplica” a 90,2% dos municípios paranaenses (em contraponto a 33,8% dos municípios mineiros).

Em relação às parcerias do setor, os dados evidenciam um vácuo regulatório, uma vez que apenas um percentual de 4,6% dos municípios mineiros e 5,3% dos municípios paranaenses dispõe de legislação que ampare essas ações.

Entretanto, considerando arranjos efetivos de gestão da área de esporte e lazer, a partir de parcerias firmadas, os resultados mostram um percentual de 42,9% e 38,3% de municípios com convênios e parcerias firmados (respectivamente) no estado de Minas Gerais, bem como um percentual de 41,4% e 41,9% de municípios com convênios e parcerias firmados (respectivamente) no estado do Paraná. Não obstante a fragilidade da política, esses dados evidenciam um percentual não desprezível de municípios que estabelecem convênios e parcerias para a condução de ações de esporte e lazer.

Lotta (2019) ressalta que o processo de implementação de políticas públicas é altamente interativo e envolve múltiplos atores, que podem estar dentro ou fora das organizações, podem ser estatais ou não estatais, formais ou informais. Isso leva a uma questão bastante delicada quando se pensa em processos decisórios de políticas públicas: o envolvimento de atores não estatais. No caso da política de esporte e lazer, há, historicamente, forte presença de agências não governamentais na implementação da política, devido à fragilidade burocrática e orçamentária do setor nos três níveis de governo.

Essa conjuntura política demanda estudos mais aprofundados sobre quem são esses parceiros e quais relações estabelecem com o poder público, tendo em vista que as parcerias público-privadas se tornam uma dimensão central na análise das capacidades estatais municipais para a implementação da política de esporte e lazer.

A Tabela 2 apresenta as variáveis que compõem as duas dimensões consideradas no estudo (dimensões técnico-administrativas e político-relacionais dos municípios de Minas Gerais e do Paraná) e que se apresentam na forma de variáveis contínuas. Esses resultados aprofundam os dados analisados na forma de variáveis categóricas.

Tabela 2 – Descritiva das variáveis contínuas

MINAS GERAIS	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Mediana	Máximo
Funcionários nº	831	8,26	30,03	0	3	615
Funcionários per capita	831	0,00052	0,00079	0,00000	0,00036	0,01571
Estatutários	831	2,84	8,20	0	1	139
CLT	831	0,68	4,64	0	0	92
Comissionados	831	1,69	3,47	0	1	60
Estagiários	831	0,87	10,17	0	0	256
Sem vínculo	831	2,18	12,54	0	0	237
Membros do Conselho	853	5,75	5,26	0	6	26
Reuniões do Conselho	565	4,84	3,94	0	4	24
Instalações	853	7,20	12,98	0	5	283
Despesa liquidada/anual	836	R\$ 399.303,96	R\$ 1.302.226,19	R\$ 380,00	R\$ 147.467,64	R\$ 26.448.273,60
Despesa liquidada per capita	836	R\$ 24,38	R\$ 36,26	R\$ 0,10	R\$ 14,67	R\$ 569,50

PARANÁ	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Mediana	Máximo
Funcionários nº	397	10,87	25,86	0	5	374
Funcionários per capita	397	0,00063	0,00046	0,00000	0,00052	0,00284
Estatutários	397	5,21	18,05	0	2	298
CLT	397	0,32	1,45	0	0	18
Comissionados	397	2,43	4,17	0	1	57
Estagiários	397	1,91	6,10	0	0	74
Sem vínculo	397	1,00	3,68	0	0	38
Membros do Conselho	385	0,96	3,32	0	0	27
Reuniões do Conselho	39	3,69	3,84	0	3	18
Instalações	396	6,85	14,51	0	4	192
Despesa liquidada	390	R\$ 694.053,38	R\$ 2.006.274,90	R\$ 2.971,24	R\$ 280.343,01	R\$ 29.629.255,06
Despesa liquidada per capita	390	R\$ 35,51	R\$ 33,99	R\$ 0,33	R\$ 27,17	R\$ 285,13

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da Munic e Siconfi (2016)

Observando-se o número de funcionários da área nos dois estados, pode-se notar que a média de estatutários em Minas Gerais é 2,84, enquanto no Paraná essa média é 5,21.

Quanto à mediana, no caso dos municípios mineiros, a Tabela 2 apresenta uma mediana de 3 e uma mediana de 1 para número de funcionários totais e funcionários estatutários, respectivamente. Com relação aos municípios paranaenses, as medianas são 5 e 2 para número de funcionários e funcionários estatutários, respectivamente.

Como já foi apontado, a literatura considera que as características das burocracias que operacionalizam as políticas públicas são importantes para a análise das dimensões das capacidades estatais (Segatto; Abrucio; Euclides (2021). Quanto a esses dados sobre a burocracia responsável pela política de esporte nos municípios investigados, percebe-se que os estados dispõem de um corpo burocrático enxuto para a implementação desta política.

Quanto à despesa anual liquidada, observa-se uma mediana de R\$ 147.467,64 e de R\$ 280.343,01 nos municípios mineiros e paranaenses, respectivamente. Isto representa uma despesa liquidada per capita de R\$ 14,67 no estado de Minas Gerais e de R\$ 27,17 no estado do Paraná. A literatura da área tem demonstrado que a maioria dos municípios brasileiros têm investido de forma ativa no financiamento de ações para esporte e lazer em suas localidades (Barboza et al, 2023). Todavia, o percentual de financiamento da pasta tem variado expressivamente entre os municípios. No estudo de Barboza et al. (2023) que analisou o orçamento do esporte dos municípios brasileiros entre o período de 2002 a 2018, demonstra uma variação anual de investimento municipal na área entre R\$ 3,67 e R\$ 714 milhões, e um percentual de investimento entre 0,000019% e 57,3% do montante dos orçamentos municipais. Quanto ao investimento per capita anual, o valor médio identificado foi de R\$ 21,46, tendo variado entre R\$ 0,00003 e R\$ 4.716,47. Comparando com os dados deste artigo, os municípios mineiros aproximam-se da média nacional de investimento per capita e os paranaenses apresentam um valor maior investido na área.

A Tabela 3 apresenta as máximas das variáveis contínuas que tratam das duas dimensões que operacionalizam as capacidades estatais dos municípios nos dois estados.

Tabela 3 – Descritiva dos valores máximos das variáveis contínuas por municípios dos estados de Minas Gerais e Paraná

MINAS GERAIS	Máximo	Município	População
Funcionários nº	615	Belo Horizonte	2502557
Funcionários per capita	0,01571	Setubinha	11837
Estatutários	139	Uberlândia	662362
CLT	92	Poços de Caldas	163677
Comissionados	60	Uberlândia	662362
Estagiários	256	Belo Horizonte	2502557
Sem vínculo	237	Belo Horizonte	2502558
Membros do Conselho	26	Rosário de Limeira	4525
Reuniões do Conselho	24	Malacacheta	19191
Instalações	283	Belo Horizonte	2502558
Despesa liquidada	R\$ 26.448.273,60	Belo Horizonte	2502558
Despesa liquidada per capita	R\$ 569,50	São Gonçalo do Rio Abaixo	10588
PARANÁ	Máximo	Município	População
Funcionários nº	374	Curitiba	1879355
Funcionários per capita	0,00284	Jardim Olinda	1409
Estatutários	298	Curitiba	1879355
CLT	18	Ponta Grossa	337865
Comissionados	57	São José dos Pinhais	297895
Estagiários	74	São José dos Pinhais	297895
Sem vínculo	38	Campo Mourão	92930
Membros do Conselho	27	Umuarama	108218
Reuniões do Conselho	18	Londrina	548249
Instalações	192	Curitiba	1879355
Despesa liquidada	R\$ 29.629.255,06	Curitiba	1879355
Despesa liquidada per capita	R\$ 285,13	Ivatuba	3201

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da Munic e Siconfi (2016)

Destacam-se pontos interessantes, por exemplo, a variação dos recursos humanos entre as cidades de maior porte populacional. A cidade de Belo Horizonte tem o maior número de funcionários, 615, assim como de estagiários e profissionais sem vínculo, respectivamente 256 e 237 indivíduos. A política de esporte e lazer na capital do estado mineiro praticamente dispõe de cerca de 80% do quadro administrativo composto por estagiários e profissionais sem vínculos formais, o que demonstra uma fragilidade da capacidade burocrática da área. O maior número de servidores estatutários, em Minas Gerais, pertence ao município de Uberlândia, o segundo em porte populacional do estado, que conta com 139 pessoas, correspondendo a 39% do total de funcionários da pasta. Já no estado do Paraná, Curitiba, além de ter o maior número de funcionários, 374, também registra a quantidade máxima de estatutários, 298, representando

aproximadamente 80% do quadro total de trabalhadores vinculados ao órgão. Um cenário como esse, de acordo com Grin (2012) e Cingolani (2013), fortalece a institucionalização das políticas públicas, a autonomia burocrática em relação às tomadas de decisões e a racionalidade administrativa baseada na estabilidade.

Quanto à quantidade de membros do Conselho, em ambos os estados, o número máximo não se encontra em suas respectivas capitais, tampouco em outra cidade de grande porte. Em Minas Gerais, o município de Rosário da Limeira, considerado de pequeno porte, por possuir apenas 4.525 habitantes, tem 26 membros em seu Conselho Municipal de Esportes. No Paraná, na cidade de Umuarama, com uma população de 108.218 pessoas, o Conselho conta com 27 membros.

Gurgel e Justen (2013) destacam a ideia de presença do cidadão nos conselhos e em outros fóruns de políticas públicas, o que empresta um caráter diferenciado ao processo decisório público, que assume um caráter mais participativo e de controle social. Em ambas as cidades com o maior número de conselheiros, o ano de 2016 não registrou uma única reunião, demonstrando pouca efetividade de participação da sociedade no ciclo das políticas públicas de esporte no período investigado. Os Conselhos mais ativos foram verificados no município mineiro de Malacacheta (Minas Gerais) com 24 reuniões e cinco membros, e Londrina (Paraná), com 18 encontros e sete membros.

Em relação à variável despesa liquidada, os maiores valores correspondem às cidades mais populosas de cada estado: Belo Horizonte com 26,4 milhões de reais; e Curitiba com 29,6 milhões de reais. Este indicador do gasto público possui relação com a receita do município. Para Cingolani (2013), a análise fiscal é parte do processo para compreensão e mensuração das capacidades estatais.

5. IMPLICAÇÕES DO ESTUDO

A qualidade da burocracia e os recursos investidos são variáveis estruturantes da capacidade estatal para provisão de uma política pública na área. Considerando o pequeno porte da maioria dos municípios, e o grau elevado de dependência de transferência de recursos da administração municipal em relação ao governo central claramente expresso na literatura, ressalta-se a necessidade de ações coordenadas e indutórias entre as esferas de governo no sentido de reduzir a fragilidade financeira e burocrática dos governos locais.

Os achados sobre as capacidades estatais municipais podem colaborar com a discussão geral no cenário esportivo, especialmente referente às necessidades de avanços na proposta do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. A baixa capacidade de investimento no setor impacta diretamente a qualidade da burocracia, haja vista o número reduzido de profissionais respondendo pela política de esporte e lazer.

Criar sinergias regionais para o fortalecimento do setor pode ampliar as capacidades municipais dos pequenos municípios no atendimento às demandas da área.

Considerando a existência de conselhos municipais de esporte e lazer como uma dimensão de capacidade estatal, os achados de Minas Gerais mostram que a indução do governo estadual, via lei de incentivo ao esporte, pode ser uma iniciativa replicada em outros estados para mobilizar esta representação.

Na busca por resultados, este estudo ultrapassa o interesse especificamente acadêmico, pois as análises empreendidas podem ser utilizadas pelos municípios investigados, bem como por outros municípios com interesse no tema. Espera-se que se possa contribuir para o aprimoramento das capacidades dos municípios mineiros e paranaenses na implementação de políticas de esporte e lazer.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretende contribuir para os estudos empíricos que abordem a administração local, preferencialmente, o avanço sobre a relação do esporte com o poder público.

A incipiente regulamentação deste setor, por meio de um sistema nacional de esporte e lazer, que não define de forma clara os mecanismos e as premissas de formulação e implementação, assim como os objetivos a serem alcançados pelos entes federados, amplia a responsabilidade das prefeituras municipais, produzindo um retrato heterogêneo desta política social. Foram identificadas discrepâncias em Curitiba com quase 80% de servidores estatutários trabalhando no órgão gestor do esporte, enquanto Belo Horizonte registrou um percentual de apenas 13%.

Outra disparidade foi o elevado número de cidades mineiras que dispõe de Conselhos Municipais de Esporte, em comparação às cidades paranaenses, a diferença passou de 50%. Este dado pode ser explicado pelo papel indutor do estado de Minas Gerais, que tem exigido a implementação de conselhos municipais, para o repasse dos recursos do ICMS esportivo. Estudos qualitativos, com o foco em municípios específicos, poderão elucidar contextos e arranjos que auxiliem na compreensão de outros destaques identificados neste trabalho, como por exemplo, o registro de cidades de pequeno porte que, aparentemente, segundo os parâmetros analisados, apresentam estruturas administrativas que respondem pelo setor.

As variáveis despesas liquidadas e o quadro burocrático demonstram ser os principais gargalos em relação à capacidade estatal dos municípios. Considerando novamente o porte populacional da maioria dos municípios (de até 20 mil habitantes), esse achado nos remete para a relevância de uma ação coordenada e intergovernamental, no sentido de fomentar a política por meio de transferência de recursos e diretrizes, tendo em vista que a maioria dos municípios dispõe de estrutura mínima para executar ações de esporte e lazer.

Para maior aprofundamento deste estudo, uma pesquisa qualitativa poderia agregar informações relevantes para a análise da capacidade desses municípios de operacionalizarem políticas de esporte. Da mesma forma, uma análise mais minuciosa poderá averiguar a efetividade do investimento no atendimento à população, para, assim, classificá-lo como suficiente ou não.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. A coordenação Federativa no Brasil: A experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v. 24, p. 41- 67, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000100005> Acesso em 11 mar. 2024.
- ABRUCIO, F. L. A.; COUTO, C. G. A Redefinição do Papel do Estado em Âmbito Local. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996. Disponível em < https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/couto_-_aredefinicaodopapeldoestadonoambitolocal.pdf> . Acesso em 02 fev. 2024.
- ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, p. 111–141, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000200009> . Acesso em: 02 fev. 2024.
- BARBOZA, Eiras de Castro, S., Rocha de Camargo, P.; Marinho Mezzadri, F. Municípios brasileiros e o orçamento público para o esporte (2002-2018). **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v.12, n.1, p.38–63, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/podium.v12i1.19118> . Acesso em 11 nov. 2023.
- BICHIR, R. M.; SIMONI JUNIOR, S.; PEREIRA, G. Sistemas nacionais de políticas públicas e seus efeitos na implementação. O caso do Sistema Único de Assistência Social (Suas). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 102, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3510207/2020>. Acesso em 15 fev. 2024.
- BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTRÖN, T. **Epidemiologia básica**. 2. ed. São Paulo: Santos, 2003. 213 p. ISBN 8572881891.
- BRASIL. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm Acesso em 11 nov. 2023.
- CASTRO, S. B. E.; CAMARGO, P. R.; MEZZADRI, F. M. Municípios brasileiros e o orçamento público para o esporte (2002-2018). **PODIUM: Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 1, n. 12, jan./abr., p. 38-63, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/podium.v12i1.19118>. Acesso em 10 fev. 2024.
- CINGOLANI, L. **The State of State Capacity: a review of concepts, evidence and measures**. Working paper, n. 31, p. 58, 2013.
- COSTA, C.C.M.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A Disparidades Inter-Regionais e Características dos Municípios do Estado de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 20, p. 52–52, 30 ago. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2012.20.52-88> Acesso em 11 nov. 2023.
- DINIZ, R. S.; SILVA, L. P. O ICMS Esportivo e o financiamento das políticas municipais de esporte em Minas Gerais. **Revista Movimento**, v. 22, n. 4, outubro- dezembro, p. 1223-1236, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.64264> . Acesso em 01 mar. 2024.
- EVANS, P. B. O Estado como problema e solução. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, n. 28/29, p. 107-156, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100006>.. Acesso em 12 mar. 2024.

EVANS, P. B. **Embedded autonomy: states and industrial transformation**. Princeton; Princeton University Press, 1995.

EVANS, P. B. ; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. Bringing the State Back. In. **Cambridge University Press**, 1985.

FREIRE, M.C.M.; PATTUSSI M.P. Tipos de estudos. In: ESTRELA, C. **Metodologia científica. Ciência, ensino e pesquisa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, p.109-127, 2018.

GALVARRO, M.P.S.Q; BRAGA, M.J; FONTES, R.M. **Federalismo Fiscal e as disparidades no Estado de Minas Gerais**. Trabalho publicado nos Anais da ENANPADE 2008. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=&cod_evento_edicao=38&cod_edicao_subsecao=391&cod_edicao_trabalho=8743 Acesso em 05 mai. 2024.

GIOVANETTI, A. E.; RAIHER, A. P. Uma Análise Multidimensional da Pobreza dos Municípios Paranaenses em 2010. **Revista de Estudos Sociais**, [S. l.], v. 17, n. 33, p. 228–248, 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2181> . Acesso em: 2 out. 2024.

GOERTZ, G. **Social Science Concepts**. A user's Guide. Princeton University Press: Princeton and Oxford, 2006.

GOMES, D. L M.; FERREIRA, P. A.; AMÂNCIO J. M. Capacidade estatal e formulação de políticas sociais por municípios sob a ótica da gestão pública democrática. **Sociedade e Cultura**, v. 20, n. 1, p. 83-104, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v20i1.51065>. Acesso em 11 mar. 2024.

GOMIDE, A.; PEREIRA, A. K.; MACHADO, R. O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 20, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v20i1.51311> Acesso em 11 mar. 2024.

GRIN, E. J.; ABRUCIO, F. L. Las capacidades estatales de los municipios brasileños en un contexto de descentralización de políticas. **Reforma y Democracia**, v. 70, p. 93-126, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3575/357559200004/html/> Acesso em 11 mar. 2024.

GRIN; E. J; DEMARCO, D. J; ABRUCIO, F. L. Capacidades estatais em governos subnacionais: dimensões teóricas e abordagens analíticas. In: GRIN; E. J; DEMARCO, D. J; ABRUCIO, F. L. (Orgs.). **Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, p. 42 – 85, 2021.

GRINDLEE, M. S. **Challenging the State: Crisis and Innovation in Latin America and Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GURGEL, C.; JUSTEN, A. Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n.2, p. 357–378, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000200004> Acesso em 11 mar. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em 11 mar. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. 2021. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/> Acesso em 11 mar. 2024.

KHALIFA, M. P. Atuação do Estado de Minas Gerais nas Políticas Públicas de Esporte e de Lazer no período de 2012 a 2018: os efeitos práticos frente à ausência de uma coordenação intergovernamental na área. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudo de Lazer). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG), p. 102. 2019.

KUGELMAS, E.; SOLA, L. Recentralização/descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p. 63–81, 1 out. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000200005> Acesso em 11 mar. 2024.

LOTTA, G.; VAZ, J. C. Arranjos Institucionais de Políticas Públicas: aprendizados a partir de casos do Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 2, p. 171-194, jul. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v66i2.409> Acesso em 11 mar. 2024.

LUNA, J. P.; SOIFER, D. H. Capturing Subnational Variation in State Capacity: A Survey-Based Approach. **American Behavioral Scientist**, v.61, n.8, p. 887-907, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0002764217720964> Acesso em 11 mar. 2024.

MACHADO, J. A.; DE MOURA PALOTTI, P. L. Entre cooperação e centralização: Federalismo e políticas sociais no Brasil Pós-1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 61, 2 jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/308861-82/2015> Acesso em 11 mar. 2024.

MANN, M. The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results. **European Journal of Sociology**, v. 25, n. 2, p. 185-213, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0003975600004239> Acesso em 11 mar. 2024.

MARENCO, A. Burocracias Profissionais Ampliam Capacidade Estatal para Implementar Políticas? Governos, Burocratas, Legislação em Municípios Brasileiros. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 4, p. 1025-1058, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582017141> Acesso em 19 jan. 2024.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007

PALOTTI, P.; COSTA, B. Relações intergovernamentais e descentralização: uma análise da implementação do Suas em Minas Gerais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 211-235, jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200015> Acesso em: 11 mar. 2024.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. D. A. **Burocracia, democracia e políticas públicas: Arranjos institucionais de políticas de desenvolvimento**. IPEA. 2014.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política**, 24. p. 121-143, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987316245806> Acesso em: 20 jan. 2024.

REPETTO, F. Capacidad Estatal: Requisito para el Mejoramiento de la Política Social en América Latina. RePEc: **Research Papers in Economics**, 1 jul. 2004.

SANTOS, E. S.; MENDES, A. D. Níveis de adesão ao gasto público na função de desporto e lazer por parte dos municípios brasileiros. **Revista Pensar a Prática**. Goiás, v. 23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rpp.v23.54542>. Acesso em 20 jan. 2024.

SANTOS, E. S. dos. A descentralização em curso das políticas públicas de esporte e de lazer no Estado do Piauí. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 22, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rpp.v22.52594> Acesso em 20 jan. 2024.

SANTOS, E. S. Políticas de esporte, lei orgânica, e financiamentos nos municípios catarinenses. **Revista Pensar a Prática**, v. 24, e61565, DOI: 10.5216/rpp.v24. 2021 Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rpp.v24.61565> Acesso em 20 jan. 2024.

SEGATTO, C. I.; EUCLYDES, F. M.; ABRUCIO, F. Capacidades estatais e seus efeitos nas políticas municipais de educação. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo, v. 26, n. 84, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v26n84.81938> Acesso em 20 de jan. 2024.

SKOCPOL, T. Bringing the state back. In: EVANS, P. B; RUESCHMEYER, D.; SKOCPOL, T. **Strategies of Analysis in Current Research**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3-43, 2002.

SOUZA, C. Capacidade burocrática no Brasil e na Argentina: quando a política faz a diferença. In: GOMIDE, A.; BOSCHI, R. (Eds.). **Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 51-103, 2016.

STAREPRAVO, F. A. Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007.

TESOURO NACIONAL. (2023). SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. **Contas Anuais**. Disponível em https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf Acesso em 02 de mar. 2024.

TILLY, C. **The formation of national states in europe**. Princeton: Princeton University, 1975.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. [s.l: s.n.], 2010.

UNGHERI, B. O.; ISAYAMA, H. F. Esporte, Lazer e Descentralização. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 22, n. 3, p. 537–578, 27 set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.15349> Acesso em 02 mar. 2024.

VELOSO, J. F. A.; MONASTERIO, L. M.; VIEIRA, R. S.; MIRANDA, R. B. Uma visão inicial dos subsistemas da gestão pública municipal. In: VELOSO, J. F. A.; MONASTERIO, L. M.; VIEIRA, R. S.; MIRANDA, R. B (org.). **Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras**. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3172> Acesso em: 20 jan. 2024.

Luciana Assis Costa

<https://orcid.org/0000-0003-3664-4839>

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Associado da UFMG.

lucianaassis.ufmg@gmail.com

Marcus Peixoto de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0002-8632-2961>

Doutorando no Programa de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

po.marcus@gmail.com

Fernando Augusto Starepravo

<https://orcid.org/0000-0002-1655-998X>

Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Associado C da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

fernando.starepravo@hotmail.com

Layane Castiglioni Tasca

<https://orcid.org/0000-0002-2748-7512>

Doutor em Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá, (UEM). Mestre em Educação Física pela UEM. Professor do Colégio Estadual de Paranavaí/PR.

layane.tasca@outlook.com

Daniete Fernandes Rocha

<https://orcid.org/0000-0002-5624-5459>

Doutor em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

daniet.rocha@gmail.com